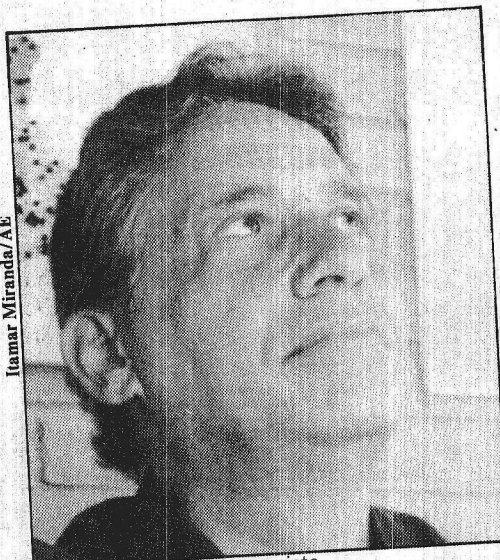


Política

A campanha para limitar os ganhos de deputados e senadores recebe o aval de parlamentares de vários partidos, em especial dos que já tentaram restabelecer a medida no Congresso e não conseguiram.

A lei do povo, conquistando os parlamentares.



Itamar Miranda/AE



José Paulo/AE



Arquivo/AE

Fernando Henrique: projeto.

Alkmin: "louvável".

Macris: "excessivos".

A iniciativa de um grupo de estudantes do 3º ano de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) de se mobilizarem numa campanha para limitar a remuneração mensal dos deputados federais e senadores ao teto máximo de 20 salários mínimos, contra os 114 mínimos (correspondentes a NCz\$ 146.602,75) que eles recebem desde janeiro deste ano, mereceu o incentivo de políticos de vários partidos.

O deputado Geraldo Alkmin (PSBD-SP), que no ano passado tentou regulamentar a matéria e teve seu projeto de lei arquivado, considera a medida "louvável, como toda iniciativa que parte da população". "É uma atitude sábia, essa, de os cidadãos fazerem uso do instrumento que a Constituição lhes faculta, para participar do processo legislativo." Alkmin só lamenta que a questão da remuneração dos parlamentares não tenha sido regu-

lamentada no corpo da Constituição.

Outro que tentou regulamentar os vencimentos dos deputados federais e senadores foi o líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, cujo projeto ia além do de Alkmin: estabelecia normas para, com base nos subsídios dos parlamentares federais, limitar a remuneração dos estaduais e vereadores. Os deputados estaduais teriam um teto correspondente a 75% dos federais e os vereadores, 75% dos estaduais. A matéria ainda tramita nas comissões do Congresso, mas está previsto para ela o mesmo fim do projeto de decreto legislativo apresentado por Alkmin.

Até o deputado estadual Nabi Abi Chedid (PFL), primeiro secretário da Assembleia Legislativa de São Paulo, que foi um dos maiores defensores do aumento de subsídios dos deputados paulistas, em outubro do ano passado, acha que "a iniciativa popular é importante e até por isso o legislador inseriu essa providência no texto

constitucional". Mas observa que "o problema é a fixação do quantum, num regime inflacionário como o nosso". Nabi revela que 90% dos parlamentares paulistas vivem de seus subsídios. Ele não se inclui nesse percentual, mas defende que para os deputados federais e senadores, que têm despesas maiores que os estaduais, o percentual deveria ser maior — "é lógico que sem abusos".

A opinião do deputado Vanderlei Macris, líder do PSDB na Assembleia Legislativa, é semelhante. Admite que diante dos salários da maioria dos trabalhadores os ganhos dos parlamentares são "aparentemente excessivos", e apóia a tese do senador Fernando Henrique Cardoso, de regulamentar não só os vencimentos dos senadores e deputados federais, mas também dos estaduais e vereadores. Macris incentiva a iniciativa dos estudantes de Direito da FMU como "válida e pertinente".

J.S.